O céu é o limite para o agronegócio brasileiro



Roberto Rodrigues
Professor de economia rural da UNESP/Jaboticabal e Coordenador do Centro de Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

O agronegócio brasileiro passou por um conjunto de dificuldades a partir de 2004, com perda de renda sem precedentes na sua história recente, devido a: aumentos de custos de produção motivados pela forte demanda por insumos e preços ascendentes do petróleo e aço; diminuição dos preços internos e externos, com a oferta ampliada e a valoração do real frente ao dólar; quebras de safra causadas por adversidades climáticas; restrições às importações de carnes por causa de doenças; sucateamento da infra-estrutura de transportes; questões macroeconômicas ligadas a juros, câmbio e tributação; e protecionismo no comércio agrícola internacional.

O quadro favorável na cadeia sucro-alcooleira e a recuperação de alguns preços nas últimas semanas são insuficientes para trazer de volta ânimo dos produtores rurais. Por isso, é preciso analisar as grandes tendências mundiais do consumo de produtos agrícolas e estabelecer mudanças internas capazes de garantir o seu crescimento na economia brasileira.

Deverá ocorrer uma importante mudança nos hábitos alimentares, com aumento no consumo de carnes, leite, verduras, laticínios, e menor crescimento do consumo de carboidratos, bem como na procura de produtos para energia renovável, por uma série de fatores. Um deles é o crescimento demográfico. Dados das Nações Unidas indicam que a população mundial, de 6,07 bilhões de pessoas em 2000, será de 8,13 bilhões em 2030, ou seja, serão mais de dois bilhões de novas bocas a alimentar.

Por outro lado, mudará o perfil desta população: se em 2000, 53% dos terráqueos estavam na zona rural, em 2030 serão apenas 39%. Ainda, a expectativa de vida é crescente: em 2000, havia 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos no mundo, em 2030 será 1,4 bilhão, um aumento de 124%, com 1,39 milhão de pessoas acima de 100 anos.

Haverá diferenças na distribuição das faixas de renda. Espera-se um crescimento econômico mundial superior a 3% ao ano nos próximos 10 anos. Os países desenvolvidos crescerão 2,4%, enquanto os emergentes crescerão 4,6%, quase o dobro. Os fluxos do comércio de produtos agrícolas serão outros. Só o sudeste asiático crescerá acima de 5,5% ao ano.

Há também uma crescente demanda, entre os consumidores mais abonados do mundo, por produtos de melhor qualidade, com informações sobre a origem dos produtos, como foram desenvolvidos, sua influência sobre o meio ambiente e a saúde humana e animal. Os avanços tecnológicos produzirão uma revolução na alimentação humana e animal. A biotecnologia será aplicada na geração de plantas resistentes a pragas, doenças e clima, com produção de alimentos mais ricos e de maior poder medicinal. Já a nanotecnologia permitirá a manipulação de genes.

Preocupações com o meio ambiente e, especialmente, com a água, definirão sistemas de produção e criarão novos mecanismos financeiros para o uso dos recursos naturais.

Nas negociações internacionais, o desafio é reduzir o abismo entre países ricos e pobres, ou entre pessoas pobres e ricas dentro de um mesmo país. Todos estão de acordo que é preciso melhorar a distribuição da renda para garantir a defesa da democracia e da paz universal.

Abertura essencial — Nesse contexto, a abertura comercial agrícola é essencial. Os ricos podem pagar para seus agricultores não produzirem, enquanto os emergentes precisam produzir para pagarem suas dívidas. O acordo da Rodada de Doha

terá de ser mais favorável aos países em desenvolvimento, como, aliás, já sinalizam as vitórias brasileiras nos painéis do açúcar (contra a UE) e algodão (contra os EUA).

E, se hoje, o Brasil já é o maior exportador mundial de oito *commodities* (açúcar, café, suco de laranja, complexo soja, carne bovina, carne de frango, tabaco e etanol), o potencial de crescimento nestas e em outras cadeias é muito grande.

A agroenergia deve ser a mais importante modificação do agronegócio mundial. É difícil compreender como a humanidade, em poucas décadas do século 20, construiu toda uma civilização sobre os alicerces pantanosos do petróleo, produto fóssil, finito, mal distribuído entre os países e regiões, e dominado por poucas empresas.

Há 50 anos, a cada ano, o consumo mundial de petróleo era de 4 bilhões de barris; a descoberta de novos poços era de 30 bilhões de barris. Hoje, o consumo anual é de 30 bilhões barris/ano, e as descobertas mal arranham os 4 bilhões.

Na busca de alternativas energéticas, fala-se na nova célula de hidrogênio, em energia solar e em muitos outros. O etanol e o biodiesel estão neste caminho irreversível, assim como a biomassa em geral. Neste cenário mutante, é mister que o Brasil participe de novos mercados.

O agronegócio é o maior setor da economia brasileira, representando quase 30% do PIB nacional, gerando 37% de todos os empregos e respondendo por 40% das exportações, sustentando nosso saldo comercial.

Há 50 anos, o café representava ¾ das nossas exportações e hoje é menos de 7%, enquanto a soja, que nem existia em 1950, representa mais de 21% das vendas externas. Carnes, couro e seus produtos já somam 25%, e isto aconteceu em muito pouco tempo. Como explicar este fenômeno?

O Brasil detém hoje a melhor tecnologia tropical do planeta. Não é à toa, por exemplo, que a área de grãos cultivada aumentou 25% nos últimos 15 anos, enquanto a produção aumentou 107%. Em 12 anos, a produção de carne bovina cresceu 71%, a carne suína 113% e a de frangos 170%. Temos hoje 62 milhões de hectares agricultados (15 com culturas permanentes e 47 com culturas anuais). Há 200 milhões de hectares de pastagens, dos quais 90 milhões são aptos para agricultura. Se não tivéssemos evoluído na tecnologia e gestão, a terra necessária para termos a produção seria muito maior. O nosso modelo é preservacionista.

O Brasil detém hoje a melhor tecnologia tropical do planeta. Não é à toa, por exemplo, que a área de grãos cultivada aumentou 25% nos últimos 15 anos

Os concorrentes criam barreiras e contra-propaganda para estancar o avanço brasileiro. Um estudo da OCDE mostra que a estimativa de apoio ao agricultor (PSE) do Japão é de 58% do PIB agrícola, a União Européia de 34%, o Canadá 22%, os Estados Unidos 17% e no Brasil mal chega a 3% do PIB agrícola nacional, acima apenas da Nova Zelândia.

No etanol, usamos três milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar, mas há espaço para multiplicar esta área. O biodiesel tem potencial quase ilimitado, dada a diversidade de matéria-prima existente no Brasil.

Com quase 20% da água doce do planeta e uma biodiversidade incomparável, temos produtores competitivos e contamos algumas políticas públicas relevantes, como os mecanismos de financiamento para investimentos (como o Moderfrota) e o alongamento das dívidas (Securitização, Pesa e Recoop). Isso dá, à própria reforma agrária, um conceito diferente de 50 anos atrás quando havia núcleos de incompetência na agricultura.

Consciência necessária — A sociedade brasileira precisa compreender a importância do novo ciclo de progresso rural para o desenvolvimento do país. Podemos liderar a criação de uma nova civilização através da agroenergia.

Entre as questões prioritárias está a política de renda para o setor, na qual o seguro rural é a grande necessidade. Enquanto ela não se completar, com a abertura do monopólio de resseguro no IRB, a redução do custo do prêmio de seguro e a criação de um amplo Fundo de Catástrofe, é preciso equacionar os estoques da dívida rural, responsável pela redução da área plantada com grãos na próxima safra.

Devemos habilitar os bancos privados a trabalharem com a Caderneta de Poupança Rural, a operarem com recursos do Crédito Rural Equalizáveis pelo Tesouro e a repassarem recursos dos Fundos Constitucionais (FCO, FNE). Os bancos cooperativos devem operar diretamente com recursos do FAT e com repasses de bancos cooperativos internacionais, como o Crédit Agricole, o Desjardin, o DG Bank, e outros. Devem ser ampliados os mercados futuros e desburocratizar os novos títulos criados pelo governo (CDA/WA), NCA, CPR). Com isso, os recursos para a Política de Preços Mínimos para sustentar os preços agrícolas seriam redirecionados para políticas de renda mais ligadas ao mercado.

É fundamental o rigoroso investimento em infra-estrutura e logística, para conferir condições competitivas aos produtores. Espera-se que as Parcerias Público-Privadas ajudem neste caminho.

Do lado privado, o conceito de cadeia produtiva está bem estabelecido, mas a prática ainda não, especialmente na indústria e distribuição. O cooperativismo tem um papel importante como ator da integração produtiva, da agregação de valor e da própria organização da cadeia. Não é mais possível tolerar o desrespeito aos contratos. A sustentabilidade com o tema ambiental e os direitos dos trabalhadores rurais devem ser assumidos, até porque limitará o acesso aos mercados.

Se todos estes pontos, já conhecidos e repetidos, forem tratados, o céu é o limite para o agronegócio brasileiro.